

Investigação a adoções na IURD arquivada

Diligências da PJ desmentiram alegações de mães biológicas, que assinaram documentos

INVESTIGAÇÃO O Ministério Público arquivou o inquérito sobre uma alegada rede ilegal de adoção de crianças da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), na década de 1990. A investigação permitiu estabelecer que vários dos pais biológicos tinham conhecimento e consentiram as adoções.

Contactada ontem pelo JN, fonte oficial da IURD não comentou o caso.

No despacho de arquivamento do inquérito, instaurado no final de 2017, na sequência de revelações da TVI sobre a alegada existência de uma rede ilegal de adoção de crianças, o Ministério Público (MP) refere que os crimes prescreveram.

Mas, apesar da prescrição dos alegados ilícitos, segundo noticiou o "Expresso", o procurador revelou no despacho que as alegações dos pais biológicos foram des-

mentidas pelas perícias da PJ às assinaturas de duas mães de crianças adotadas.

"CAMPANHA MENTIROSA"

As mulheres tinham garantido à TVI nunca ter assinado documentos relativos à adoção dos filhos – o que afinal fizeram.

O magistrado do MP referiu que "foi igualmente desmentido por parte das restantes diligências de prova" que um pai, que aparecia na reportagem, "desconhecia que a filha tivesse sido entregue" a um bispo da IURD. No documento salienta-se ainda que, até à reportagem televisiva, nunca os pais biológicos apresentaram queixa pela alegada retirada ilegal dos filhos.

A IURD tem refutado as acusações de rapto e de esquema de adoção ilegal de crianças, considerando-as fruto de "campanha difamatória e mentirosa". ●